

# Complemento Solidário para Idosos

Atualizado em: 22-02-2018

## Esta informação destina-se a que cidadãos

- Idosos com mais de 66 anos e 4 meses.

## O que é

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal.

## Quem tem direito

### Tem direito ao Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Os idosos de baixos recursos com mais de 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal.

### Condições para ter direito

1. Tem de ter recursos inferiores ao valor limite do CSI:

- Se for casado ou viver em união de facto há mais de 2 anos

Os recursos do casal têm de ser inferiores ou iguais a 9057,69€ por ano e os recursos da pessoa que pede o CSI inferiores ou iguais a 5175,82€ por ano.

- Se não for casado nem viver em união de facto há mais de 2 anos

Os seus recursos têm de ser inferiores ou iguais a 5175,82€ por ano (valor de 2017).

2. Residir em Portugal há pelo menos 6 anos seguidos na data em que faz o pedido (ver perguntas frequentes – condições específicas para quem teve o último emprego fora de Portugal).

3. Têm direito ao CSI os titulares de:

- Pensão de velhice ou de sobrevivência que tenham idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral de segurança social;
- Pensão de Invalidez do Regime Geral que não sejam titulares da Prestação Social para a Inclusão (esta alteração só produz efeitos a partir de 1 de outubro 2018);
- Prestação Social para a Inclusão (podem requerer o Complemento Solidário para Idosos, até 30 de setembro de 2018);
- Durante 2018, têm também direito os titulares de pensões antecipadas iniciadas a partir de janeiro de 2014.

4. Ser cidadão português e não ter tido acesso à pensão social por ter rendimentos acima do valor limite de 171,56€ se for uma pessoa ou de 257,34€ se for um casal.

5. Autorizar a Segurança Social a aceder à sua informação fiscal e bancária (tanto da pessoa que faz o pedido, como da pessoa com quem está casada ou vive em união de facto);

6. Estar disponível para pedir outros apoios de segurança social, a que tenha direito e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas (tanto a pessoa que faz o pedido como a pessoa com quem está casada ou vive em união de facto);

Na coluna lateral direita, associada a esta página, consulte o Guia Prático Complemento Solidário para Idosos e saiba o que conta para a avaliação dos recursos do idoso.

Se já recebe CSI consulte também o Guia Prático sobre Benefícios Adicionais de Saúde.

## Como posso pedir

### Formulários

- CSI 1 - DGSS – Requerimento do Complemento solidário para idoso
- CSI 1/5 - DGSS - Requerimento do Complemento solidário para idoso - Folha de continuação
- CSI 1/2 - DGSS - Requerimento do Complemento solidário para idoso - Instruções
- CSI 1/4 - DGSS - Anexo - Rendimentos anuais do agregado familiar
- CSI 12 - DGSS – Declaração de disponibilidade para exercício do direito a alimentos - Complemento Solidário para Idosos

## Documentos que tenho de entregar

Fotocópia dos seguintes documentos do idoso e da pessoa com que está casado ou vive em união de facto:

- Cartão de identificação de Segurança Social ou Cartão de Pensionista da Segurança Social ou de outro sistema de proteção social nacional ou estrangeiro;
- Documento de identificação válido (Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão, Certidão do Registo Civil, Boletim de Nascimento ou Passaporte);
- Documento de Identificação Fiscal (Cartão de Contribuinte).

### **Se for cidadão nacional ou da União Europeia**

Atestado da Junta de Freguesia a comprovar que reside em Portugal há pelo menos 6 anos.

### **Se for cidadão de fora da União Europeia**

Título válido de residência em Portugal ou outros títulos previstos na lei ou declaração de entidade competente que comprove que reside em Portugal há pelo menos 6 anos.

### **Se tiver tido o seu último emprego no estrangeiro**

Documento comprovativo da data em que começou a receber a pensão.

### **Se não tem NISS (Número de Identificação da Segurança Social)**

RV 1017 – DGSS – Identificação de pessoas singulares abrangidas pelo sistema de proteção social de cidadania.

### **Se está disponível para requerer a Pensão Social**

RP 5002 – DGSS – Requerimento de pensão social de velhice ou invalidez.

### **Se tiver bens imóveis (casas, terrenos, prédios) para além da casa onde mora**

Pode ter de apresentar a Caderneta Predial atualizada ou Certidão de Teor Matricial, passada pelas Finanças, e cópia do documento comprovativo da aquisição do imóvel.

### **Se tiver contas bancárias, Certificados de Aforro, Certificados do Tesouro, ações ou outro património mobiliário**

Pode ter de apresentar documentos comprovativos do valor do seu património mobiliário (passados pelos Bancos ou outras instituições competentes).

### **Se receber pensões, complementos ou subsídios de outras entidades que não a Segurança Social**

Pode ter de apresentar documentos comprovativos do valor de qualquer pensão, complemento ou subsídio que esteja a receber de uma entidade que não seja a Segurança Social portuguesa.

Importa referir que relativamente aos documentos de prova:

- Do número da Segurança Social - só deve ser solicitado no caso de não ser verificada a sua concordância, no ato da entrega do requerimento;
- Da residência em território nacional há pelo menos 6 anos - só deve ser solicitado se os serviços não puderem fazer a sua verificação oficiosa;
- Dos rendimentos - só devem ser solicitados no caso de o requerente os declarar nos respetivos anexos.

## Como posso obter o requerimento?

O requerimento pode ser obtido aqui no Portal da Segurança Social em na opção Formulários ou em qualquer Serviço de Atendimento da Segurança Social.

## Onde posso entregar?

Nos serviços de Atendimento da Segurança Social.

## Quando me dão uma resposta

No mês seguinte ao processo se encontrar devidamente instruído.

## Como posso receber

- Se for pensionista da Segurança Social, pela mesma modalidade que recebe a pensão e conjuntamente com ela.
- Se não for pensionista da Segurança Social, por vale de correio.

## Qual a relação com outros subsídios

Pode acumular o Complemento Solidário para Idosos com:

- Pensão de Velhice do regime geral.
- Pensão de Sobrevivência.
- Pensão Social de Velhice.
- Prestação Social para a Inclusão, desde que estejam reunidas as demais condições de atribuição do CSI (idade, recursos e residência em território nacional);
- Complemento por Dependência (com o limite máximo correspondente ao valor do 1.º grau).
- Benefícios Adicionais de Saúde (os idosos que estejam a receber CSI têm direito a um apoio para a compra de medicamentos, óculos e lentes e dentaduras).

**Outros direitos a que o beneficiário do CSI pode aceder:**

**1. Benefícios Adicionais de Saúde**

Consulte o Guia Prático sobre Benefícios Adicionais de Saúde.

**2. Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia**

- Tarifa Social de Eletricidade
- Tarifa Social do Gás Natural

Os indivíduos e famílias, economicamente, mais vulneráveis, podem beneficiar de um desconto na fatura da eletricidade e do gás natural. A adesão aos apoios foi efetuada no fornecedor de eletricidade ou gás natural, não sendo necessária, para o efeito, a apresentação de Declaração da Segurança Social.

Para mais informações consulte o Guia Prático do Complemento Solidário para Idosos.

## Qual a duração e o valor a receber

### Durante quanto tempo se recebe

Os titulares do Complemento Solidário para Idosos (CSI) que tenham o direito à prestação reconhecido, mantém-se o mesmo inalterado até que ocorra algum dos factos previstos para a renovação da Prova de Recursos ou para tal seja apresentado requerimento.

## A partir de quando tenho direito a receber

Se tiver direito ao CSI, a partir do mês seguinte àquele em que foi feito o pedido e tiver juntos todos os documentos obrigatórios.

## Quanto vou receber

Mensalmente recebe 1/12 da diferença entre os seus recursos anuais e o valor de referência do complemento (em 2018 é de 5175,82€) No máximo, em 2018 recebe 5175,82€ por ano ou seja, um valor que pode ser no máximo de 431,32€ por mês, durante 12 meses.

O valor do CSI é pago mensalmente, 12 vezes por ano.

## Quais as minhas obrigações

### Renovar a Prova de Recursos

As pessoas que estão a receber o Complemento Solidário para Idosos são obrigados a apresentar nova prova de recursos:

- Quando o outro elemento do casal apresentar o seu pedido para receber o CSI, um ano após o deferimento do primeiro elemento;
- Quando houver alguma alteração ao agregado familiar.

## Outras obrigações

- Comunicar à Segurança Social, no prazo máximo de 15 dias úteis, qualquer alteração de residência e composição do seu agregado familiar;
- Apresentar à Segurança Social, no prazo máximo de 15 dias úteis, todos os documentos que lhe sejam pedidos;
- Comunicar à Segurança Social, no prazo máximo de 15 dias úteis, se qualquer membro do seu agregado familiar passar a receber qualquer novo apoio público (por exemplo, subsídio ou pensões);
- Pedir outros apoios de Segurança Social a que tenha direito (nomeadamente a Pensão Social de Velhice), no prazo de 60 dias a contar da data em que foi informado de que tinha direito a esse apoio; nalguns casos este prazo pode ir além dos 60 dias.
- Pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas, no prazo de 60 dias a contar da data em que foi avisado para o fazer.
- Devolver à Segurança Social os valores de CSI que lhe forem pagos sem que tenha direito a eles.

## Quando termina

**O pagamento da prestação do CSI é suspenso se:**

- Os recursos do idoso ultrapassarem o limite estabelecido.
- O idoso não renovar a Prova de Recursos dentro do prazo.
- O idoso não comunicar à Segurança Social qualquer alteração à composição ou aos rendimentos do agregado familiar.
- Falta de comunicação da alteração da residência para o estrangeiro.
- Pena de privação da liberdade.
- Não cumprir qualquer outra das suas obrigações.

Nota: O pagamento do CSI fica suspenso a partir do mês seguinte àquele em que ocorreram os factos indicados. O pagamento é reiniciado no mês seguinte àquele em que a situação ficar resolvida.

**A prestação do CSI termina quando:**

- Passarem 2 anos do início de uma suspensão.
- Se verificar que o beneficiário prestou falsas declarações.
- O beneficiário falecer.

**Nota:** O beneficiário tem sempre direito à prestação do mês em que falece, independentemente do dia do mês em que ocorre o falecimento.